



**CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
ESTADO DE SERGIPE**

RESOLUÇÃO DE Nº 05 DE 2023

(De autoria coletiva)

Regulamenta a Lei Geral de Acesso à Informação no âmbito da Câmara Municipal de Areia Branca (SE).

A Câmara Municipal de Areia Branca (SE) decreta:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Todos os setores da Câmara Municipal de Areia Branca, deverão ser cientificados e instruídos a respeito da obrigatoriedade de observar às normas de caráter nacional introduzidas pela Lei Federal de n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que tem por objetivo garantir o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 2016 da Constituição Federal.

Art. 2º. As informações a serem fornecidas pela Câmara Municipal de Areia Branca deverão ser franqueadas ao público mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, com amplo acesso e divulgação, de forma clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei Federal de n. 12.527 de 2011.

§ 1º. O acesso às informações será assegurado também mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou outras formas de divulgação.

§ 2º. A Câmara Municipal deve utilizar os meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, sendo obrigatória a divulgação e a possibilidade de realização de pedidos de acesso pelo site eletrônico da Câmara Municipal de Areia Branca, sem prejuízo da divulgação das informações por outros meios.

§ 3º. O site eletrônico da Câmara deverá atender aos requisitos dispostos no § 3º do art. 8º da Lei Federal de n. 12.527 de 2011.

CAPÍTULO II - DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 3º. O acesso à informação de que trata essa Resolução não se aplica às hipóteses previstas na legislação como sigilo fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.

**Praça Joviniano freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvereadoresareiabranca@gmail.com**



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA ESTADO DE SERGIPE

§ 1º. A observância da publicidade é preceito geral, sendo o sigilo a exceção.

§ 2º. As regras referentes às restrições ao acesso à informação, da classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo, bem como à proteção e do controle de informação sigilosas dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação das informações sigilosas, são as dispostas na Lei Federal de n. 12.527 de 2011.

§ 3º. A informações que possam colocar em risco a segurança dos Vereadores da Câmara Municipal de Areia Branca e de seus cônjuges ou filhos, serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 4º. A classificação do sigilo de informações no âmbito do Poder Legislativo Municipal é de competência de Comissão instituída para este fim, através de Portaria que designará os seus componentes, devendo ser observadas as vedações pela Lei Federal de n. 12.527 de 2011.

Art. 4º. A fim de dar cumprimento aos arts. 7º e 8º da Lei Federal de n. 12.527 de 2011, a Câmara Municipal de Areia Branca, independentemente de requerimento, deverá promover a divulgação em local de fácil acesso e, obrigatoriamente, no site eletrônico, do seguinte:

I – Informação sobre atividades, inclusive as relativas à política, organização e serviços da Câmara Municipal de Areia Branca;

II - informação sobre o patrimônio, administração e utilização de recursos públicos da Câmara Municipal de Areia Branca;

III – informação relativa à implementação, acompanhamento, resultados dos programas, projetos, ações, metas e indicadores propostos pela Câmara Municipal de Areia Branca;

IV – informação dos resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas aos exercícios anteriores da Câmara Municipal de Areia Branca;

V – registro das competências e estrutura organizacional, quadro de servidores, lista de Vereadores atuantes, endereços e telefones das respectivas unidades, horários de atendimento ao público, identificação e contato da autoridade designada na forma do art. 17 desta Resolução;

VI – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros para a Câmara Municipal de Areia Branca;

VII – execução orçamentária e financeira detalhada, além de todas as despesas realizadas pela Câmara Municipal de Areia Branca;

VIII - informações concedentes aos procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados e notas de empenho emitidas, indicando o nome do contratado, o objeto, o valor, o prazo contratual e demais informações pertinentes;

IX – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;

Praça Jovinião freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvereadoresareiabranca@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA ESTADO DE SERGIPE

X – remuneração e subsídio recebido por agentes políticos, servidores comissionados e efetivos, ocupantes de cargo, emprego e função pública, incluindo auxílios, ajudas de custo, e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa de maneira individualizada;

XI – respostas às perguntas mais frequentes da sociedade;

XII – informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não aos arquivos públicos;

XIII – informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

Seção I - Do Serviço de Informação aos Cidadãos

Art. 5º. O setor responsável pelo serviço de informação ao cidadão, na Câmara Municipal de Areia Branca, será o SIC (Serviço de Informações aos Cidadãos), vinculado ao Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Areia Branca e coordenado pela Ouvidoria.

Art. 6º. Ao Serviço de Informação aos Cidadãos competirá:

I – atender e orientar o público quanto ao acesso às informações, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II – receber pedidos de acesso mediante protocolo e registrá-los em sistema eletrônico específico, além de, sempre que possível, fornecer de imediato a informação,

III – encaminhar o pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

IV – informar sobre a tramitação de documentos,

Parágrafo único. O SIC visa ao atendimento dos pedidos de acesso à informação pública e, obrigatoriamente, a publicidade oficial dos atos de sua competência, de forma rotineira e independentemente de qualquer requerimento, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em atendimento à legislação específica.

Art. 7º. Qualquer pessoa poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º. O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizando em meio eletrônico e físico, no site na internet e no SIC da Câmara Municipal de Areia Branca.

§ 2º. Os pedidos de acesso à informação poderão ser recebidos por qualquer meio legítimo desde que atendidos os requisitos do art. 8º.

§ 3º. Na hipótese do § 2º, será enviada ao requerente comunicação com o número de

**Praça Joviano freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvereadoresareiabranca@gmail.com**



**CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
ESTADO DE SERGIPE**

protocolo e a data o recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 8º. O pedido de informações de qualquer interessado deverá conter:

- I – nome do requerente;
- II – número de documento de identificação válido;
- III – especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;
- IV – endereço eletrônico e físico do recorrente, o primeiro sendo dispensado somente se o cidadão não o tiver, para recebimento de comunicação ou da informação requerida.

Parágrafo único. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I – genérico;
- II – desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência da Câmara Municipal de Areia Branca, devendo nesse caso, se de seu conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 9º. O acesso às informações pessoais deverá respeitar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, bem como a liberdade e garantias individuais.

§ 1º. Quando em risco os valores descritos no caput, seu acesso será restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que elas se referirem, podendo ser autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º. O consentimento de que trata o artigo anterior será dispensado nas hipóteses previstas na Lei de n. 12.527 de 2011, sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação federal.

§ 3º. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei Federal de n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002- Código Civil, e na Lei Federal de n. 9.278, de 10 de maio de 1996 –Lei de União Estável.

§ 4º. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, será assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 5º. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura e um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

**Praça Joviano freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvereadoresareiabranca@gmail.com**



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA ESTADO DE SERGIPE

§ 6º. Aquele que tiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

Seção II – Do Prazo

Art. 10. O Serviço de Informações aos Cidadãos – SIC deverá conceder o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º. Não sendo possível a concessão na forma do caput deste artigo, o SIC em prazo não superior a vinte dias, deverá:

I – comunicar data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter certidão;

II – indicar as razões de fato ou de direito de recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III – comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que detém, ou, ainda, remetendo o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interesse da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º. O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais de dez dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 3º. A resposta pelo endereço eletrônico é a forma preferível a ser utilizada atendendo aos Princípios da Economicidade e Preservação do Meio Ambiente.

Art. 11. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC da Câmara deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a Câmara Municipal de Areia Branca, desobriga-se de fornecer diretamente a informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzi-la.

Art. 12. Para o adequado exercício de suas atribuições, o SIC da Câmara poderá:

I – requisitar informações às unidades e servidores da Câmara Municipal, quando concernentes à respectiva atribuição legal; e

II – solicitar informações ao Presidente da Câmara Municipal de Areia Branca, quando relativas às atividades parlamentares e político-administrativas desempenhadas pelos Vereadores.

Seção III - Dos Recursos

Art. 13. No caso de indeferimento do pedido de acesso à informação, deverá ser

Praça Jovino Freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvereadoresareiabranca@gmail.com



**CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
ESTADO DE SERGIPE**

fornecido ao requerente o inteiro teor da negativa de acesso e seu fundamento legal, por certidão ou cópia, bem como deverá lhe ser informado sobre a possibilidade e o prazo para recurso.

Parágrafo único. A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulário ao SIC, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos da Lei Federal de n. 12.527 de 2011.

Art. 14. O prazo para recurso contra o indeferimento do pedido de acesso às informações ou contra o não fornecimento das razões e fundamento legal para a negativa de acesso às informações por parte do SIC da Câmara será de 10 (dez) dias a contar da ciência do requerente.

§ 1º O recurso será dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Areia Branca, por intermédio do SIC, o qual deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, sendo possível reconsiderar a sua decisão, ou fazê-lo subir, devidamente informado, tendo o Presidente da Câmara o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, para proferir sua decisão, sob pena de Responsabilidade.

§ 2º Indeferido o acesso à informação, da decisão do recuso previsto no parágrafo anterior, não terá outro recurso administrativo cabível.

Art. 15. O serviço de busca e fornecimento da informação será gratuito, salvo na hipótese de reprodução de documentos, situação em que poderá ser cobrado, exclusivamente, o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal de n. 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 16. A informação armazenada em formato digital poderá ser fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

Parágrafo único. Para evitar os custos com reprodução de cópias o requerente poderá fornecer "Mídia Gravável" ou "Pen-Drive" ao SIC, para que as informações sejam gravadas.

Art. 17. Para dar cumprimento ao art. 40 da Lei Federal de n. 12.527 de 2011, o Presidente da Câmara Municipal de Areia Branca deverá designar autoridades que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito da Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições:

I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Resolução e da Lei Federal de n. 12.527 de 2011;

II – monitorar a implementação do disposto nesta Resolução e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das

Praça Jovinião freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvreadoresareiabranca@gmail.com



**CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
ESTADO DE SERGIPE**

normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Resolução; e

IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Resolução e seus regulamentos;

§ 1º O servidor, ao responder ou fornecer as informações, se identificará com no mínimo os seguintes dados: nome completo, cargo e n. de matrícula no serviço público do Poder Legislativo.

§ 2º Todas as respostas deverão ser arquivadas, enquanto as mais recentes serão publicadas no site eletrônico da Câmara Municipal.

Art. 18. O agente público que der causa ao descumprimento das normas constantes desta Resolução estará sujeito às sanções do Regime Jurídico Próprio.

Art. 19. Os casos omissos desta resolução deverão ser analisados remetendo-se a Lei Federal de n. 12.527 de 2011.

Art. 20. As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Areia Branca (SE), 28 de dezembro de 2023.

**JOSE FRANCISCO
DAS CHAGAS
FILHO:591291905
68**

Assinado de forma digital
por JOSE FRANCISCO DAS
CHAGAS
FILHO:59129190568
Dados: 2023.12.28
10:04:17 -03'00'

**JOSÉ FRANCISCO DAS CHAGAS FILHO
Presidente**

**Praça Joviniano freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvreadoresareiabranca@gmail.com**



**CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
ESTADO DE SERGIPE**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura a todos o direito de receber informações dos órgãos públicos na forma indicada nos incisos XIV e XXXIII do art. 5º;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal de n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que disciplinou as diretrizes e as regras gerais de acesso à informação a todos os interessados, junto aos órgãos públicos; e

CONSIDERANDO que a Lei Federal de n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, possui dispositivos que exigem regulamentação no ambiente da Câmara Municipal;

É que apresentamos o presente projeto à apreciação dos nossos pares, esperando contar com o apoio necessário à sua aprovação.

Areia Branca (SE), 28 de dezembro de 2023.

**JOSE FRANCISCO
DAS CHAGAS**

FILHO:59129190568

Assinado de forma digital por
JOSE FRANCISCO DAS CHAGAS
FILHO:59129190568
Dados: 2023.12.28 10:04:36
-03'00'

JOSÉ FRANCISCO DAS CHAGAS FILHO

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI DE Nº
18/2023, DE AUTORIA DO PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL.

I - RELATÓRIO

Foi-nos solicitado pela Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa a análise, na condição de relator e para emissão de parecer, da conformidade ou não ao ordenamento jurídico pátrio do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo nº 18 de 2023, que altera a Lei Municipal nº 006, de 16 de novembro de 2005 e dá outras providências ;

É o que importa relatar.

II - VOTO

Uma leitura mesmo que sumária da proposição submetida à nossa apreciação é mais do que suficiente para se constatar a sua oportunidade, conveniência e convergência com o interesse público.

Ex positis, manifestamo-nos pela aprovação da proposição posta à nossa apreciação.

É O PARECER.

Areia Branca (SE), 15 de dezembro de 2023.

William dos Santos Menezes Freire
William dos Santos Menezes Freire
VEREADOR RELATOR

Praça Joviniano freire de Oliveira, s/nº - CEP 49580-000 – Areia Branca/SE
CNPJ: 04.097.709/0001-08 – Fone: (79) 99892-2234
e-mail: cvereadoresareiabranca@gmail.com